BIBLIOTECA DO SENADO FEDERAL

ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XVI — N.º 25 CAPITAL FEDERAL QUINTA-FEIRA, 2 DE MARÇO DE 1961

MESA

Presidente: João Goulart (Vice-Presidente da República).

Vice-Presidente: Senador Filinto Müller.

1º Secretário: Senador Cunha Mello.

2º Secretário: Senador Freitas Cavalcanti.

3º Secretário: Senador Gilberto Marinho.

4º Secretario: Senador Novaes Filho.

1º Suplente: Senador Mathias Olympio.

2º Suplente: Senador Heribaldo Vieira.

LIDERES E VICE-LIDERES

Da Maioria

Líder — Moura Andrade (P.S.D.)

Vice-Lideres

Victorino Freire (P.S.D.)
Lima Teixeira (P.T.B.)
Lobão da Silveira (P.S.D.)
Paulo Fender (P.T.B.)

Da Minoria

Líder: João Villasbôas (UDN).

Vice-Lideres:

Rui Palmeira (UDN)
Afonso Arinos (UDN)
Daniel Krieger (UDN).

Dos Partidos

DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO

Líder: Benedito Valladares
Vice-líder: Gaspar Veloso.

DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

Líder: Argemiro de Figueiredo
Vice-líderes: Vivaldo Lima — Saulo Ramos e Arlindo Rodrigues.

DA UNIÃO DEMOCRATICA NACIONAL

Líder: João Villasboas.
Vice-Líder: Rui Palmeira.

DO PARTIDO LIBERTADOR

Vice-Líder: Novaes Filho.

DO PARTIDO REPUBLICANO

Líder: Atílio Vivacqua.
Vice-Líder: Mendonça Clark.

DO PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

Líder: Jorge Maynard.

SENADO FEDERAL

Comissões Permanentes

Comissão Diretora

Filinto Müller — Presidente
Cunha Mello
Freitas Cavalcanti
Gilberto Marinho
Novaes Filho
Mathias Olympio
Heribaldo Vieira.

Secretário: Evandro Mendes Viana Diretor Geral, substituto.

Comissão de Constituição e Justiça

TITULARES

Lourival Fontes — Presidente
Daniel Krieger — Vice-Presidente
Menezes Pimentel
Silvestre Péricles
Jefferson de Aguiar
Ruy Carneiro
Caiado de Castro
Argemiro de Figueiredo
Rui Palmeira
Milton Campos
Atílio Vivacqua

SUPLENTES

PSD:

1º Gaspar Veloso
2º Jarbas Maranhão
3º Francisco Gallotti
4º Ari Viana

PTB:

1º Mourão Vieira
2º Barros Carvalho
3º Lima Teixeira

UDN:

1º Afonso Arinos
2º João Arruda
3º João Villasboas

Secretária: Maria do Carmo Rondon Ribeiro Saraiva, Oficial Legislativo.

Reuniões: Quintas-feiras, às 15,30 horas.

Comissão de Economia

TITULARES

Ari Viana — Presidente
Fernandes Távora — Vice-Presidente
Alô Guimarães
Lobão da Silveira
Lima Teixeira
Leônidas Melo
Guido Mondim
Joaquim Parente
Sérgio Marinho

SUPLENTES

PSD:

1º Eugênio Barros
2º Jefferson de Aguiar
3º Mendonça Clark (do PR)

PTB:

1º Argemiro de Figueiredo
2º Fausto Cabral
3º Nelson Maculan (*)

UDN:

1º Reginaldo Fernandes
2º Fernando Corrêa
3º Irineu Bornhausen

Secretária: Romilda Duarte, Oficial Legislativo.

Reuniões: Quintas-feiras, às 15,30 horas.

Comissão de Educação e Cultura

TITULARES

Padre Calazans — Vice-Presidente
Jarbas Maranhão
Barros Carvalho — Presidente (designado)
Paulo Fernandes
Saulo Ramos
Reginaldo Fernandes
Mem de Sá

SUPLENTES

PSD:

1º Lobão da Silveira
2º Sebastião Archer

PTB:

1º Lima Teixeira
2º Leônidas Melo (*)

UDN:

1º Afonso Arinos
2º Milton Campos

PL:

Secretária: Olza José Muniz de Mello, Oficial Legislativo.

Reuniões: Quarta-feiras, às 16 horas.

Comissão de Finanças

TITULARES

Ari Viana
Gaspar Veloso — Presidente
Vivaldo Lima — Vice-Presidente
Francisco Gallotti
Vitorino Freire
Vago
Jorge Maynard

(*) Substituido temporàriamente pelo Sr. Antonio Baltar.

(*) Substituido temporàriamente pelo Sr. Caiado de Castro

Barros Carvalho
Saulo Ramos
Fernandes Távora
Daniel Krieger
Irineu Bornhausen
Fernando Corrêa
Dix-Huit Rosado
Mem de Sá

SUPLENTES

PSD:

1º Menezes Pimentel
2º Jefferson de Aguiar
3º Ruy Carneiro
4º Jarbas Maranhão
5º Eugênio Barros
6º Silvestre Péricles

PTB:

1º Nelson Maculan
2º Arlindo Rodrigues
pelo Sr. Antonio Baltar (8-7 60)
3º Guido Mondim
4º Paulo Fender
5º Lima Teixeira

UDN:

1º Milton Campos
2º Padre Calazans
3º Rui Palmeira
4º Coimbra Bueno
5º João Arruda

PL:

Vago

Secretário: Renato Chermont, Oficial Legislativo.

Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas.

Comissão de Legislação Social

TITULARES

Lima Teixeira — Presidente
Ruy Carneiro — Vice-Presidente
Lobão da Silveira
Menezes Pimentel
Caiado de Castro
Paulo Fender
Irineu Bornhausen
João Arruda

SUPLENTES

PSD:

1º Ari Viana
2º Francisco Gallotti
3º Sebastião Archer

PTB:

3º Miguel Couto
1º Lourival Fontes
2º Vivaldo Lima
1º Dix-Huit Rosado
Padre Calazans

Secretário: José Soares de Oliveira Filho, Oficial Legislativo.

Comissão de Redação

TITULARES

Argemiro de Figueiredo — Presidente
Sebastião Archer — Vice-Presidente
Ary Vianna

UDN:

Afonso Arinos
Pedro Calmon
Fausto Cabral

SUPLENTES

PSD:

1º Menezes Pimentel
2º Ruy Carneiro

PTB:

Lourival Fontes

UDN:

1º Daniel Krieger
2º Joaquim Parente

Secretária: Vera de Alvarenga Mafra, Oficial Legislativo.

Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas.

ATA DAS COMISSÕES

Comissão de Segurança Nacional

6ª REUNIÃO REALIZADA EM 12 DE JANEIRO DE 1961

(1ª Extraordinária)

As 15 horas, na Sala das Comissões, sob a presidência do Sr. Caiado de Castro, Vice-Presidente, presentes os Srs. Pedro Ludovico, Arlindo Rodrigues e os Srs. Suplentes convocados, Fernandes Tavora, Francisco Gallotti e Ruy Carneiro, reuniu-se a Comissão de Segurança Nacional.

E' lida e aprovada a ata da reunião anterior.

O Sr. Caiado de Castro relator do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 1960, que assegura estabilidade no serviço ativo militar aos taifeiros das Forças Armadas, e dá outras providências, conclui seu parecer opinando pela aprovação do projeto, que visa, por eqüidade, conceder o direito à estabilidade àqueles modestos servidores das Fôrças Armadas.

Em discussão e posto a votos, é o parecer aprovado pela Comissão.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião lavrando eu, Maria do Carmo Rondon Ribeiro Saraiva, Secretária, a presente ata que, uma vez aprovada será assinada pelo Sr. Presidente.

7ª REUNIÃO REALIZADA EM 2 DE FEVEREIRO DE 1961

(2ª Extraordinária)

As 16 horas, na Sala das Comissões, sob a presidência do Sr. Jefferson de Aguiar, Presidente, presentes os Srs. Arlindo Rodrigues, Sérgio Marinho, Jarbas Maranhão e os Srs. Suplentes Lima Teixeira e Rui Carneiro, reúne-se a Comisão de Segurança Nacional.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Caiado de Castro e Pedro Ludovico.

E' lida e aprovada, sem alterações, a ata da reunião anterior.

O Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. Sérgio Marinho que oferece parecer ao Projeto de Lei do Senado nº 33, de 1959, que dispõe sôbre pensões militares, alterando a redação do § 1º do artigo 33, do Decreto nº 32.339, de 9 de março de 1953. Opina pela rejeição por se tratar de matéria superada, uma vez que a Lei nº 3 765, de 4.5.1960, que regulou o assunto, já contém a medida que nêle se pleiteia.

Em discussão e votação, é aprovado o parecer.

Pelo Sr. Jefferson de Aguiar foram avocados os seguintes projetos, cujos pareceres foram aprovados pela Comissão:

— favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 1961, que inclui na reserva do Serviço de Saúde do Exército, no pôsto de Segundo-Tenente, amparados pelas disposições da Lei nº 3.160, de 1 de junho de 1957, as enfermeiras que foram convocadas para a Fôrça Expedicionária Brasileira, e, posteriormente, designadas para permanecerem nos Hospitais Militares de Natal ou de Recife, nos anos de 1944 e 1945;

— favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 1960, que regula a promoção do ano dos aspirantes da Escola Naval.

— contrariamente à projetada Comissão de Serviço Público e ao Projeto de Lei do Senado nº 1, de 1959, que dispõe sôbre os proventos da aposentadoria dos servidores civis e militares. (Apresentado pelo Sr. Domingos Vellasco). A emenda dá nova redação ao art. 1º do projeto, nos seguintes têrmos: "Os proventos da aposentadoria dos servidores públicos da União, os dos membros do magistério, do ministério público e da magistratura, bem como os dos militares reformados ou na reserva remunerada, não serão, em nenhum caso, superiores aos que êles percebem na atividade, incluídas as gratificações e outras vantagens legais a que tenham feito jus";

— e emite parecer contrário à aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 12, de 1953, que dá nova redação ao inciso 3º do art. 15 do Decreto nº 3.695, de 6 de fevereiro de 1958, alterado pelo Decreto-Lei nº 8.958, de 26 de janeiro de 1946, contendo a modificação do referido inciso assegurar aos netos, filhos de pai inválido, os benefícios do montepio militar e a correspondente pensão.

Oferece, ainda, o Sr. Jefferson de Aguiar parecer ao Projeto de Lei do Senado nº 20, de 1956, que dispõe sôbre as promoções dos militares da Polícia Militar do Distrito Federal. Conclui pela audiência à Comissão de Constituição e Justiça para que esta se pronuncie pela constitucionalidade da proposição, uma vez que o Congresso Nacional não mais possui promoções dos militares da Polícia Militar do atual Estado da Guanabara, a quem — por seu Executivo e por sua Assembléia — incumbe prover das necessidades do seu Govêrno e da sua administração (Constituição Federal, art. 18, § 2º). O parecer é aprovado pela Comissão.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Maria do Carmo Rondon Ribeiro Saraiva, Secretária, a presente ata que, uma vez aprovada será assinada pelo Sr. Presidente.

ATA DA 2ª SESSÃO, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 4ª LEGISLATURA, EM 1º DE MARÇO DE 1961

Presiência dos Srs. Filinto Müller, Gilberto Marinho e Novaes Filho.

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Mourão, Vieira — Mendonça Clark — Joaquim Parente — Fausto Cabral — Fernandes Távora — Menezes Pimentel — Dix-Hui Rosado — Novaes Filho — Silvestre Péricles — Jorge Maynard — Ary Vianna — Jefersson de Aguiar — Caiado de Castro — Gilberto Marinho — Venancio Igrejas — Benedicto Valadares — Nogueira da Gama — Lino de Mattos — Pedro Ludovico — Coimbra Bueno — Filinto Müller — Lopes da Costa — Gaspar Velloso — Francisco Gallotti — (25).

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 25 Srs. Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão.

Vai ser lida a ata

O Sr. Jorge Maynard, servindo de 2º Secretário, procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O Sr. Francisco Gallotti, servindo de 1º Secretário, lê o seguinte

EXPEDIENTE

Ofício

— Do Presidente do Banco do Brasil S. A., Sr. João Batista Leopoldo Figueiredo, comunicando a sua posse no cargo acima referido.

O Sr. Filinto Müller deixa a Presidência, assumindo-a o Sr. Novaes Filho.

O SR. PRESIDENTE:

— Está finda a leitura do expediente.

Sôbre a Mesa requerimento que vai ser lido.

É lido e deferido o seguinte

Requerimento n. 66, de 1961

Sr. Presidente do Senado Federal.

Requeiro a V. Exa. sejam requisitadas do Sr. Ministro das Relações Exteriores cópias autenticadas dos Certificados de Pêso fornecidos pelas autoridades americanas, decorrente da importação de produtos brasileiros (café, cacau, madeira etc.) pelos portos de New York, New Orleans e Boston nos Estados Unidos da América do Norte, que o Govêrno Brasileiro poderá solicitar das autoridades alfandegárias ou das administrações ou concessionárias daqueles portos, por intermédio do Govêrno Norte Americano, com a indicação dos navios, datas da chegada dos navios nos citados portos, das firmas importadoras americanas e exportadoras brasileiras, no período de 1960 a 1961.

S.S. 10 de março de 1951. — *Jefferson Aguiar.*

O SR. PRESIDENTE:

Vai ser lido outro requerimento.

É lido o seguinte

Requerimento n. 66, de 1961

Requeremos, nos têrmos do art. 214, n.º 2, do Regimento Interno e de acôrdo com as alterações do Senado as seguintes homenagens de pesar pelo falecimento do Dr. Mário Mota, ilustre e digno cidadão, que em várias oportunidades exerceu nesta Casa, a representação do Estado de Mato Grosso:

1) — inserção em ata de um voto de profundo pesar;

2) — apresentação de condolências à família, ao Estado de Mato Grosso e ao Partido Político a que pertencia o extinto.

Sala das Sessões, em 1 de março de 1961. — *Lopes da Costa — Filinto Müller — Francisco Gallotti — Gilberto Marinho — Jorge Maynard — Menezes Pimentel — Fausto Cabral — Dix Huit Rosado — Silvestre Péricles — Caiado de Castro.*

O SR. PRESIDENTE:

O requerimento que acaba de ser lido não depende de apoiamento nem de discussão.

Em votação.

O SR. LOPES DA COSTA:

(*Para encaminhar a votação. Não foi revisto pelo orador*) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, desejo trazer ao conhecimento desta Casa a desagradável notícia do falecimento, ocorrido a 24 do mês ontem findo, na cidade de Cuiabá, do ex-Suplente de Senador, Sr. Mário Mota, que por várias vêzes, na Legislatura passada, exerceu o mandato em substituição ao também ex-Senador Sylvio Curvo.

O extinto, cunhado do nosso ilustre colega Senador João Villasboas, era pessoa bastante relacionada na sociedade cuiabana, gozando estima de quantos tiveram a ventura de conhecê-lo.

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL
ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
MAURO MONTEIRO

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASÍLIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES			FUNCIONÁRIOS		
Capital e Interior			Capital e Interior		
Semestre	Cr$	60,00	Semestre	Cr$	30,00
Ano	Cr$	96,00	Ano	Cr$	76,00
Exterior			Exterior		
Ano	Cr$	136,00	Ano	Cr$	106,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes sòmente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr$ 0,50.

Advogado militante, sempre pautou seus atos profissionais dentro da máxima lisura e decência. Como político, prestou relevantes serviços ao seu Partido, não só através da representação que desempenhou nesta Casa, como ainda na qualidade de Presidente do Diretório Regional da sua agremiação partidária.

Era o que tinha a dizer. (*Muito bem!*)

O SR. FELINTO MÜLLER:

(*Para encaminhar a votação. Não foi revisto pelo orador*) — Sr. Presidente, quero manifestar, neste momento, o profundo pesar do Partido Social Democrático pelo desaparecimento do nosso antigo colega, Senador Mário Mota.

No plenário desta Casa, nós, pessedistas, tivemos oportunidpade de apreciar as altas qualidades de espírito, de coração e de patriotismo do Senador Mário Mota. Acompanhamos a sua atuação, muitas vêzes modesta e silenciosa, mas sempre com o espírito voltado para a defesa dos altos problemas brasileiros, sobretudo, aquêles que interessavam de perto ao nosso Estado natal.

Falo, Sr. Presidente, em nome da Seção do Partido Social Democrático de Mato Grosso, porque é no âmbito regional que as paixões mais se exaltam, dificultando, muitas vêzes, o convívio dos políticos que militam em campos opostos. Mas nós, da Seção pessedista de Mato Grosso, só temos referências elogiosas ao nos referirmos ao Senador Mário Motta. Com aquêle seu feitio cavalheiresco, embora lutador decidido e apaixonado pela sua legenda, nunca ultrapassou os limites do respeito que deve imperar entre homens públicos.

Assim, embora adversários políticos decididos, e conquanto tenha exercido a Presidência da Seção Estadual da União Democrática Nacional em Mato Grosso, Mário Motta soube conservar, pela sua atuação, pela sua dignidade e sobretudo pela correção com que sempre tratava seus adversários políticos, soube conservar o respeito e a admiração daqueles que mais apaixonadamente se batiam, no nosso Estado, contra seu Partido.

Conheço e conheci Mário Mota de há longos anos. Não me recordo haja êle exercido em Mato Grosso, qualquer função pública. Sei que era advogado; apaixonadamente advogado e jornalista. Entre o Fôro e a imprensa, dividia as suas atividades. Tinha carinho especial pelas coisas de Mato Grosso, mas, sobretudo, por todos os assuntos que interessavam, diretamente, ao Município de Cáceres, sua terra natal.

Contarei um episódio passado no Senado comigo e que põe em relêvo o amor de Mário Mota pelo seu Município. Em uma das legislaturas passadas, quando substituia o Senador Silvio Curvo, apresentou emenda ao Orçamento, estabelecendo uma verba para a construção de uma ponte sôbre o Rio Paraguai, ponte de vital importância para o progresso daquela região norte de Mato-Grosso. Mais tarde, quis colaborar nessa obra e incluí, também, no Orçamento, várias verbas para a conclusão da ponte. Ao deixar o Senado, Mário Motta, que tinha nas fileiras do seu Partido elementos do mais alto vôlor que poderiam continuar a obra por êle iniciada, veio a mim e me pediu que não deixasse perecer a obra da construção da ponte sôbre o rio Paraguai, porque ela não serviria, apenas, ao Município de Cáceres, mas a uma grande região de Mato-Grosso. Prometi que não esqueceria aquela sua iniciativa e em todos os anos incluí no Orçamento da República, verbas para a construção daquela ponte, que foi, finalmente, Sr. Presidente, inaugurada em janeiro dêste ano. E, estando na ocasião em Mato-Grosso, tive o prazer de pedir ao Governador do Estado pusesse na ponte do Município de Cáceres, o nome de Mário Motta como pálida e modesta homenagem a quem tivera a idéia da sua construção e tomara as primeiras providências para a efetivação da medida.

O Sr. Fernandes Távora — V. Exª dá licença para um aparte?

O SR. FILINTO MÜLLER — Com muito prazer ouço o aparte de V. Exª.

O Sr. Fernandes Távora — As palavras de V. Exª vêm provar, mais uma vez, a nobreza com que o ilustre colega costuma agir na sua vida pública.

O SR. FILINTO MÜLLER — Obrigado a V. Exª.

O Sr. Fernandes Távora — Cumprindo a promessa que fêz ao nosso antigo colega, V. Exª demonstrou que não trabalha sòmente por uma facção partidária, mas sim pelo bem da sua terra e do Brasil.

O SR. FILINTO MÜLLER — Muito obrigado ao nobre Senador Fernandes Távora por suas generosas palavras, mas, Sr. Presidente, citei êste fato para demonstrar interêsse com que o Senador Mário Motta procurava servir à nossa terra natal.

Chefe de família exemplar, amigo dos seus amigos, cidadão digno e honrado, seu desaparecimento causou o mais profundo pesar a todo o povo matogrossense.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação o Requerimento de autoria dos nobres Senadores Lopes da Costa e Filinto Müller.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer como estão (*Pausa*)

Está aprovado.

Serão tomadas as providências nêle indicadas.

A Mesa associa-se à manifestação do Senado, brilhantemente expressa pelos autores do Requerimento, e ainda uma vez aqui afirma, em consonância com os colegas que se pronunciaram sôbre o eminente mato-grossense, Senador Mário Motta, a impressão deixada nesta Casa por êsse ilustre homem público quanto à sua sensibilidade moral, à sua cultura e aos seus altos sentimentos cívicos.

Tem a palavra o nobre Senador Novaes Filho, orador inscrito.

Para finalizar estas palavras de homenagens quero, também, recordar fato muito antigo passado entre nós ambos. Em 1942, quando eu marchava de consciência tranqüila para o ostracismo e começava a receber pedradas e injustiças, Mario Motta, meu adversário político, com quem eu não havia tomado maiores contatos até àquela altura da vida, escreveu no seu jornal um artigo assinado que guardo até hoje, declarando que nunca me havia solicitado nada e que jamais recebera de mim nenhum favor e se sentia portanto com autoridade para condenar aqueles que me atacavam quando eu caia e ressaltava, com excesso de generosidade, os serviços que eu procurava prestar ao meu Estado natal. Guardei êsse artigo como uma recordação de um gesto de nobreza de um adversário digno.

O Sr. Novaes Filho — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. FILINTO MÜLLER — Com muito satisfação.

O Sr. Novaes Filho — Em nome do Partido Libertador, associo-me às homenagens que o Senado presta ao saudoso homem público do Estado de Mato Grosso. Desejo declarar, neste instante, que recolhendo as mais agradáveis impressões da longa convivência que aqui tivemos em diferentes fases com o Dr. Mario Mota, que várias vêzes veio como Senador pelo Estado que V. Exa. tão dignamente reoresenta, devo dizer que um dos traços marcantes daquela figura modesta, mas sempre refletindo uma grande bondade é um grande coração, estava na sua assiduidade às nossas sessões, na preocupação de acompanhar os trabalhos do início ao seu término, isto revelava a preocupação que tinha do cumprimento do seu dever de representante do Estado de Mato Grosso nesta Casa.

O SR. FILINTO MÜLLER — Muito grato ao nobre Senador Novaes Filho, pelas palavras com que também homenageia ao mato-grossense digno, ao cidadão exemplar que foi nosso colega.

O Sr. Caiado de Castro — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. FILINTO MÜLLER — Ouço, com prazer, o aparte do nobre Senador Caiado de Castro.

O Sr. Caiado de Castro — Em nome do Partido Trabalhista Brasileiro associo-me à homenagem que V. Exa. presta ao saudoso Senador Mario Mota. Desejo dizer a V. Exa. que, vizinho, na antiga Capital Federal, de Mario Mota e seu companheiro de viagem quase que diário, no mesmo automóvel, tive oportunidade de apreciar as qualidades que V. Exa. tão bem está ressaltando em ver a serenidade com que o nosso pranteado companheiro julgava todos êsses problemas e discutia as questões político-partidárias, com superioridade de vista, inclusive do Estado de Mato Grosso. Era um homem como muito bem salientou o nobre Senador Novaes Filho, de muita retidão, que não gostava de aparecer, mas sempre preocupado com a marcha dos trabalhos e das questões políticas. Rendo ao saudoso Senador Mario Mota as homenagens do Partido Trabalhista Brasileiro e especialmente as minhas, de vizinho e companheiro de viagem. Em várias ocasiões, nesta Casa pude apreciar-lhe a característica, o modo superior de encarar as questões políticas e de como fazer justiça aos seus adversários.

O SR. FILINTO MÜLLER — Muito grato ao nobre Senador Caiado de Castro pelo apoio que dá às palavras que estou pronunciando, de homenagem ao saudoso Senador Mario Mota, que todos nós acostumamos a apreciar aqui no nosso convívio, sob o aspecto focalizado pelo nobre Senador Novaes Filho e por V. Exa., ilustre Senador Caiado de Castro, de sobriedade e quase humildade em que êle procurava esconder a grandeza do seu coração e a nobreza dos seus altos sentimentos de civismo e de patriotismo.

Sr. Presidente, citava eu mais um episódio ocorrido na minha vida, no contato com o Senador Mario Mota, para concluir dizendo que procurei retribuir êsse gesto de S. Exa. nunca permiti que os meus companheiros o atacassem, e se alguma vez no calor da luta, foi êle criticado pelos pessedistas de Mato Grosso, isso se deu à minha revelia e com grande contrariedade para mim, porque o gesto de Mário Mota em 1942 ficou gravado, indelèvelmente, na minha gratidão, no meu coração.

Sr. Presidente, comecei a minha oração dizendo que falava em nome do meu Partido o Partido Social Democrático; termino-a afirmando que neste momento interpreto os sentimentos de todo o povo mato-grossense sem distinção de partidos, como interpreto, estou certo, os sentimentos de todo o Senado da República, para manifestar o nosso pesar e tristeza pelo desaparecimento daquele eminente coestadoano, daquele eminente brasileiro. (*Muito bem*).

Durante o discurso do Sr. Filinto Müller, o Sr. Novaes Filho deixa a Presidência assumindo-a o Sr. Gilberto Marinho.

O SR. NOVAES FILHO:

(*Não foi revisto pelo orador*) — Sr Presidente, lembra-se êste Plenário de quantas vêzes ocupei a valiosa atenção dos meus eminentes pares para debater o problema inflacionário do País.

O meu empenho tornou-se tão veemente naquela campanha patriótica em que me lancei que vários projetos visando a combater a inflação no Brasil, tive a honra de submeter ao sábio exame dos meus companheiros de Senado.

Agora, Sr. Presidente, por questão mesmo de coerência, venho à tribuna para trazer os meus aplausos às medidas que o Sr. Presidente Jânio Quadros vem adotando, no sentido de conter a linha inflacionária.

Desejaria até, Sr. Presidente, deter-me mais um pouco, em uma análise demorada, minuciosa, não sòmente sôbre os prejuízos da inflação mas, ainda sôbre os de ordem social que ela, quando atinge altas regiões como se deu no Brasil, poderá provocar no País onde esteja realmente ocasionando tanto desassocêgo.

Deixo, porém, de fazê-lo, para evitar as falsas interpretações, especialmente para que não pareça que o meu discurso significa hostilidade ao govêrno que passou. Sabe o Senado que combati nas urnas a candidatura do eminente Sr. Juscelino Kubitschek; que sustentei desta tribuna, ardorosamente, a minha emenda constitucional visando a instituir a maioria absoluta para os pleitos presidenciais; mas sabe também a Casa que nunca terminaram as boas relações de amizade que sempre mantive com E Exª, desde o tempo em que éramos Prefeitos, eu de Recife e êle de Belo Horizonte.

Sabe ainda o Senado que por amor ao meu sentimento de justiça, desta tribuna declarei os meus aplausos às grandes obras que a sua administração legou ao Brasil. Na última campanha presidencial, nas muitas vezes que ocupei esta tribuna para falar do pleito e da personalidade do meu candidato — o eminente Sr. Jânio Quadros — deve estar bem presente na memória dos meus ilustres colegas que sempre prestei justas homenagens à maneira correta, elevada rigorosamente de magistrado, com que o Sr. Juscelino Kubitschek presidia a grande eleição no Brasil.

Sr. Presidente, aplaudo as medidas adotadas pelo novo Govêrno para conter a inflação; aplaudo por sentimentos patrióticos e aplaudo porque elas vêm rigorosamente ao encontro daquilo que tantas vêzes defendi e pleiteei no Plenário desta Alta Casa do Parlamento Nacional. Medidas de poupança, de compressão de gastos, de adiamento de tôdas as despesas que possam ficar para depois sem prejuízo da coletividade; medidas de austeridades, medidas que despertem a confiança da Nação, medidas que, realmente evitando que a inflação continue, terminarão por trazer o bem-estar à coletividade, pois cuidando da inflação certamente teremos contido o aumento do custo de vida e levado mais alívio e conforto sobretudo aos lares mais necessitados.

Daí por que, Sr. Presidente, me congratulo com êsse roteiro adotado pelo novo Govêrno. E várias vêzes disse desta Tribuna que o meu Partido havia dado ao atual Chefe da Nação, oportunamente, seu apôio porque sabia que em São Paulo êle havia, realmente, realizado uma grande obra administrativa. Depois da posse de S. Exª, no encontro que tive com o Sr. Presidente da República, convocado que fui como membro da bancada do Partido Libertador nesta Casa, devo dizer ao Senado, por amor à verdade e aos meus sentimentos de justiça, que revivorei as minhas esperanças no Govêrno de S. Exª. Passamos em revista diferentes aspectos de problemas nacionais e da vida brasileira e recolhi a impressão de que o Sr. Jânio Quadros é realmente um homem preparado para o exercício da Presidência da República.

Sr. Presidente, trazendo meus aplausos à orientação adotada de S. Exª, não para deflacionar o País porque talvez trouxesse graves prejuízos, mas para fazer aquilo que S. Exª prometeu em notável entrevista como candidato, ao vespertino "O Globo", — para desinflacionar o Brasil, faço-o com o coração de patriota e com isenção, porque sabem o Senado e o Brasil que de todos os grupos políticos que apoiaram S. Exª, foi o meu partido, o Partido Libertador, o único não convocado para os quadros da Administração. Assim, Sr. Presidente, os aplausos que aqui estou transmitindo ao Govêrno são aplausos isentos, aplausos superiores, aplausos serenos, uma vez que o meu partido não tem qualquer responsabilidade nos quadros administrativos do país. Estou, portanto, à vontade para louvar o eminente Sr. Jânio Quadros nas medidas que vem adotando para desinflacionar o Brasil, medidas que vêm [illegible] ao encontro da campanha que

[illegible] desta tribuna, dentro das [illegible] fôrças, fôrças [illegible] a que [illegible] o brilho da inteligência (*Não [illegible]*) e a segurança da cultura, [illegible], a que nunca faltaram as boas [illegible] do patriotismo pernambucano. (*Muito bem. Muito bem.*) *(Palmas)*.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Pedro Ludovico.

O SR. PEDRO LUDOVICO:

(*[illegible] pelo orador*) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, antes de entrar no assunto que me traz a esta tribuna — e que está [illegible] no discurso que lerei a seguir — aproveito o ensejo para tecer alguns comentários em tôrno do [illegible] do grande jornalista David Nasser, publicado em um dos últimos números do "O Cruzeiro", em que declara que nos derradeiros dias do seu Govêrno viu-se o Sr. Juscelino Kubitschek abandonado de seus amigos que não lhe fizeram a defesa precisa de sua obra administrativa nas Casas do Parlamento Nacional.

Protesto contra essa afirmativa porque é uma inverdade.

No dia 27 de janeiro o nobre representante do Rio Grande do Sul Senador Mem de Sá pronunciou, neste recinto, discurso violento e ferino contra o ex-Presidente da República sendo por mim aparteado trinta e uma vêzes, em que revidei, com a mesma energia, as acusações feitas ao Govêrno passado. O Senador Victorino Freire colocou-se igualmente à altura na defesa do Sr. Juscelino Kubitschek.

Outro comentário que desejo fazer é relativo ao noticiário de alguns jornais do meu Estado em que dizem estaria, hoje eu disposto a ocupar a tribuna do Senado para defender a transferência da Sede da Diretoria da Estrada de Ferro Goiás, de Goiânia para Araguari, cidade mineira. Não é absolutamente êste o assunto que me traz à tribuna. Como já disse meu discurso está escrito e pronunciá-lo-ei dentro de breves minutos. Entretanto, a idéia da transferência afigura-se-me tão absurda que não pensava sequer em tocar no assunto. Não posso admitir que o Presidente da República Sr. Jânio Quadros, seja capaz de cometer ato tão injusto como êsse. A sede da Diretoria da Estrada de Ferro de Goiás deve permanecer em Goiânia, por vários motivos. Primeiro, porque a Estrada de Ferro é goiana; percorre cêrca de quinhentos quilômetros do Estado e apenas cinqüenta quilômetros do Estado de Minas; segundo porque a produção transportada por essa via férrea é tôda ela oriunda de Goiás. Não se justifica portanto até mesmo por motivo técnico, que a sede da Diretoria se transfira para a Cidade mineira de Araguari.

Referi-me, acidentalmente, a êstes dois assuntos para aproveitar o ensejo de estar na tribuna. Não sou afeito a discursos. Como não ignoram os Senhores Senadores, sou homem de poucas palavras e de mais ação. O Senador Mem de Sá chegou a dizer que sou homem do Executivo.

O *Sr. Novaes Filho* — V. Exa. fala pouco, mas fala bem.

O SR. PEDRO LUDOVICO — Muito obrigado a V. Exa.

(*Lendo*)

Sr. Presidente, Srs. Senadores,

Julguei oportuno pronunciar um discurso nesta data em que se observam os primeiros atos de um novo Presidente da República. De um governante que não é vulgar, que vem conseguindo vitórias na política à custa de suas qualidades pessoais.

Não neguemos o seu valor, embora nós do PSD sejamos seus adversários. A sua carreira política se fêz singularmente, conseguindo ser Governador do Estado de São Paulo sem ser paulista. Impôs-se ao eleitorado pela sua pregação, pelos seus princípios, pela sua atuação *sui generis*. Errado ou certo tem sido vitorioso.

Mas penso que não tem errado. Pelo contrário, tem sido um grande psicólogo, um grande conhecedor do eminente brasileiro.

Soube atingir o alvo certo em se [illegible] as massas falando-lhes o que [illegible] dizer, [illegible] a [illegible] e [illegible] o excesso de demagogia, [illegible] em veículos que [illegible] pegadas [illegible].

Não lhes mentiu, dizendo que a nossa situação moral se [illegible] [illegible] afirmações [illegible] cada vez mais [illegible] [illegible] se tornaram precárias [illegible] que se tornava imprescindível pôr um têrmo a essa situação.

E as [illegible] que o ouviram não se deixaram levar apenas pelo prazer de agir contra os que tinham o poder nas mãos por mania de oposição. Sejamos francos: impressionaram-se pelas verdades relativas à nossa situação financeira, política e moral.

E ninguém é mais insuspeito para assim se pronunciar do que o humilde orador que vos fala, vez que ninguém defendeu mais ardorosamente nesta casa o Presidente J. Kubitschek do que eu.

Mas defendendo-o, nunca sacrifiquei os meus pontos de vista em relação à política nacional e, principalmente, em relação aos princípios básicos que sempre nortearam o meu pensamento.

Continuo a defender o ex-presidente Juscelino Kubitschek pelos benefícios que prestou ao Brasil. A sua coragem, a sua atividade invulgar, o seu patriotismo fizeram muito pelo nosso progresso. O seu elevado senso de democracia, a sua elevação de espírito concorreram muito para a tranqüilidade do nosso país.

Não tinha ódios, não guardava rancores. Era demasiadamente generoso, mesmo quando se referia aos seus mais terríveis adversários.

Sempre que os ataques a êle desferidos eram por mim considerados injustos e apaixonados, eu o defendia conscientemente, enèrgicamente.

Mas nem por isso deixei de criticar, de censurar os êrros, as vicissitudes que se notam em nosso país.

Referindo-me à carestia da vida, na tribuna do Senado, certa feita, afirmei: não se pode dizer que o Presidente J. K. se tenha mostrado indiferente a essa situação que dia a dia mais se agrava. Não, ao contrário, as providências governamentais não têm faltado, mas o que é certo é que não deram resultado. Preciso é que novas medidas sejam tomadas, ainda que para tanto se estabeleça um novo procedimento, isto é, que se dê ao Govêrno Federal mais autoridade legal para agir. Acentuei que o nosso desequilíbrio financeiro e econômico não se justificavam em face da grandeza do nosso país, rico de vastidão e de matérias primas. E' um desajustamento que provém de êrros acumulados, através de anos, por muitos govêrnos, destacando-se entre êles o empreguismo, as leis de favores; as acumulações de cargos, as reformas de militares e civis, esdrúxulas e grandemente prejudiciais ao erário público.

Falei nas candidaturas à Presidência da República e que, oxalá, elas trouxessem novas esperanças ao povo sofredor e impaciente de melhores dias que não mais acreditava nos candidatos vulgares, isto é, em homens rotineiros, já estragados pela política profissional ou egoística.

Que o povo só cria naqueles que julgasse capazes de dar um novo rumo ao Brasil, saneando a administração em todos os sentidos. Terminei dizendo que o povo só creria em um homem que desejasse ser Presidente da República, não pelas vantagens materiais do cargo, não pela vaidade de ser o Chefe da Nação, mas pelo ideal nobre de servi-lo e corajoso bastante para sacrificar a própria vida no intuito de defender êsse ideal.

[illegible] verificando que o Sr. Jânio Quadros está correspondendo [illegible] as esperanças. Indubitàvelmente está mostrando os seus [illegible] em dar um novo ritmo, [illegible] nova orientação à administração pública, agindo com energia e [illegible] moralizadora. Esta [illegible] e que todos se [illegible] seu dever de concorrer [illegible] aperfeiçoamento da função pública.

[illegible] primeiras providências [illegible] do aos que desejam ver o [illegible] caminho certo.

[illegible] terá os aplausos [illegible] brasileiros amantes de [illegible].

[illegible] o Sr. Jânio Quadros a agir [illegible] que os homens bem intencionados não lhe regatearão [illegible].

Não se deixe levar pelas manhas e pelas [illegible], muitas vezes injustas, dos políticos que o apoiaram.

Que se lhes dê o que fôr justo, o que fôr [illegible], o que fôr humano.

Que não ceda aos pedidos de seus correligionários sem medi-los, sem joeirá-los, sem examiná-los.

Que não se enverede pelos caminhos tortuosos da perseguição e da baixa politicagem.

Tenho autoridade para assim falar, porque nunca bajulei nenhum Chefe de Estado e nunca fui um palaciano.

Pode estar certo o Presidente Jânio Quadros que não tenho vocação para aderir e, sim, para lutar. Malgrado a minha admiração pessoal pela sua conduta de homem público, combati-o no meu Estado, dando a vitória ao Marechal Lott.

Sempre me considerei um paladino das boas causas, mòrmente quando via em jôgo o interêsse do meu Estado e o progresso do meu país.

As minhas atitudes políticas, no Parlamento ou fora dêle, tiveram sempre em mira a defesa das coletividades, procurando, dentro da minha modéstia, proporcionar-lhes o bem. Penso como Aristóteles já pensava alguns séculos antes de Cristo: "E' impossível ser feliz quando não se pratica o Bem, e o Bem jamais é possível, tanto para um homem como para um Estado, sem a virtude e a razão".

Se o Sr. Jânio Quadros assim se orientar, esforçando-se por melhorar as condições de vida do povo brasileiro, combatendo sem desfalecimento a elevação do custo da vida, que, como sempre afirmei, não é sòmente devido à desproporção entre a oferta e a procura e muito mais à ganância que cada vez mais se torna agressiva no Brasil, sem freios e desrespeitando as próprias autoridades, êle se tornará, não só admirado como querido de todos os seus compatriotas.

Mas que se acautele com alguns que já se encontram na sua *entourage*, demasiadamente conhecidos pelo seu passado de vivedores e de *profiteurs* de quase tôdas as situações dominantes. A êsses o Sr. Jânio Quadros deverá dizer, como Hegel, *il faut que tu deviens ce que tu n'es pas encore*.

Os tubarões e os aproveitadores dificilmente se corrigem, já que, quase sempre trazem no sangue o germe da corrupção e da avidez pecuniária.

O *Sr. Silvestre Péricles* — Muito bem, Sr. Senador!

O SR. PEDRO LUDOVICO — Muito obrigado. — (*Lendo*) — Não raro se mostram estetas, apreciando a arte, não como beleza espiritual, mas como luxo apenas material e como requinte de ostentação monetária.

Condenando essa inclinação dos plutocratas, a Rússia revolucionária, como lembra Albert Camus, em *L'Homme Revolté*, virara as costas aos mármores de Vênus e de Apolo, ainda dourados pelo sol da Itália, que Pedro o Grande mandara vir para o seu jardim de verão, em São Petersburgo.

Não raro se tornam também estetas das belezas morais, pregando-as, propagando-as, difundindo-as pelos meios de que dispõem, mas praticando por intermédio de seus agentes, de seus testas-de-ferro as mais condenáveis imoralidades, maximè explorando o povo, acumulando fortunas sem a menor utilidade social.

Êsses são os principais responsáveis pelas condições aflitivas que vimos suportando, há já bastante tempo, e que exigem que se lhes ofereça uma inteligente repressão.

Se esta não atingir todos os comerciantes, industriais, intermediários e outros elementos que já se habituaram a lucros ilícitos, as nossas dificuldades permanecerão no pé em que se acham e até se tornarão mais prementes.

A deficiência de produção e a do atendimento do Govêrno Federal aos produtores são sempre o bode expiatório dêsses males, que, dia a dia, mais se agravam.

Temos tido um grande desenvolvimento, não só na lavoura como na pecuária e, também, na Indústria.

Nunca os pecuaristas ganharam mais dinheiro do que nesses três últimos anos. Houve grande financiamento não só para a Agricultura como para a Pecuária. A safra de arroz do Rio Grande do Sul é avaliada, neste ano, em 18 milhões de sacos e a de Goiás em 10 milhões.

Os nossos rebanhos bovinos têm aumentado positivamente.

Como se vê são outras as causas do preço elevado da vida e do nosso mal estar financeiro e econômico.

Nós carecemos é de poupança, de austeridade no trato das administrações públicas.

Se tivermos dois governos federais que assim procedam, o Brasil fàcilmente se recuperará e poderá levar avante um programa desenvolvimentista de considerável envergadura.

Mas forçoso é, outrossim, que os parlamentares ajudem o govêrno a seguir essa rota de reerguimento financeiro e econômico. O nosso parlamento tem sido muito responsável por êsses distúrbios que tanto vêm prejudicando a Nação. Que se repilam os projetos de lei que envolvam favores pessoais ou de grupos. Que não se arreceie de nenhuma classe, militar ou civil, que lhe solicite o apoio para leis que colidam com o interêsse do povo. Que combata, com decisão inflexível, os orçamentos deficitários que constituem a nossa maior infelicidade.

Se assim procedermos, o nosso país será uma terra admirável pela sua fartura e pela sua independência econômica. (*Muito bem! Muito bem!*) (*Palmas*).

O SR. PRESIDENTE:

Passa-se à Ordem do Dia.

A matéria constante da Ordem do Dia depende de votação; mas não há na Casa o *quorum* regimental para votação

Há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Lopes da Costa.

O SR. LOPES DA COSTA:

(*Lê o seguinte discurso*) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, venho a esta tribuna para dizer que, no dia 8 do mês ontem findo, já, portanto, aproximando-se do encerramento dos trabalhos desta Casa, originários que foram da primeira convocação extraordinária, aqui compareci Sr. Presidente para, atendendo à convocação de V. Exª, assumir, na qualidade de suplente, o alto cargo do Senador da República, na vaga deixada pelo meu ilustre antecessor, Fernando Corrêa da Costa, hoje eminente Governador de Mato Grosso.

Naquele dia, Sr. Presidente, eu experimentei uma dessas satisfações que se sobrepõe a muitas outras que eu poderia desfrutar na vida, e confesso mesmo a V. Exª e aos meus nobres colegas que me sinto realmente en-

vaidecido ao ter ascendido a êste posto eletivo, o mais alto a que um homem público pode aspirar.

Sr. Presidente, radicado há muitos anos na histórica cidade de Corumbá, considerado o maior centro industrial do meu Estado, cidade essa, situada no extremo oeste da Pátria, como guardiã da nossa fronteira e da nossa [illegible], e, havendo participado [illegible] de sua vida social e econômica como modesto [illegible] e [illegible] industrial — fazendo, [illegible] cometido grande êrro se [illegible] estranho ou indiferente [illegible] atividades políticas, porque, Sr. [illegible], [illegible] e [illegible], a todo cidadão cônscio de suas [illegible] responsabilidades, cabe o dever de participar direta ou indiretamente da vida pública, porque assim procedendo, está servindo melhor à sociedade onde vive e trabalha e também ao Estado e à Nação.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, movido, portanto, mais pelo desejo de ser útil à coletividade da minha terra foi que abracei com verdadeiro entusiasmo, a causa política dêsse partido que ajudei a fundar em 1945, a gloriosa União Democrática Nacional, que nasceu e cuja existência é uma constante no fortalecimento das trincheiras das nossas liberdades democráticas.

O Sr. Fernandes Tavora — Dá V. Exª licença para um aparte?

O SR. LOPES DA COSTA — *Com todo o prazer.*

O Sr. Fernandes Tavora — V. Exª veio representar, no Senado, substituir, um homem que realmente deixou nesta *Casa uma atmosfera* de simpatia extraordinária, não só pelas suas qualidades pessoais, como sobretudo pelo exato cumprimento do dever, que foi sempre uma das constantes de suas atividades no Senado. Esperam os Senadores, os seus colegas atuais, que V. Exª honre a representação que está desempenhando e *nós temos a certeza de que o fará dignamente.*

O SR. LOPES DA COSTA — Muito obrigado a V. Exª.

Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Embora político militante, jamais, *até a bem pouco*, havia participado de lutas eleitorais, visando êste ou aquêle posto eletivo. Imaginava poder, dessa forma, continuar servindo ao meu partido, no *entanto, Sr. Presidente*, fatôres estranhos não me permitiram deixar de atender ao novo chamamento de meus companheiros de muitas jornadas *cívicas* e *aceitei a convocação* da minha agremiação, à qual, diz-me a consciência tenho servido com a máxima lealdade e dedicação.

Eis a razão, Sr. Presidente e Srs. Senadores, de encontrar-me aqui, nesta augusta Casa, substituindo aquêle que, pelas suas grandes virtudes, pelas suas qualidades de cidadão exemplar, *de médico humanitário*, de administrador honesto e capaz, e por que não dizer, de político dotado de verdadeiro espírito público, é merecedor da gratidão e da confiança do povo mato-grossense, nessa nova etapa difícil da sua vida pública que o destino lhe reservou ao ascender pela segunda vez ao govêrno do meu Estado. (*Muito bem!*)

Sr. Presidente e Srs. Senadores.

Convencido estou, de que, diante de colegas *tão ilustres, tão notáveis*, posso e devo considerar-me o mais humilde dos representantes do povo brasileiro (*Não apoiado!*) que tem assento nesta *Câmara Alta, porém*, Senhor Presidente, neste momento devo declarar — e o faço possuído do mais vivo entusiasmo e cheio de ardor patriótico — que *saberei* honrar e *dignificar o mandato* que o povo do meu Estado me outorgou.

Procurarei seguir os exemplos de meus antecessores; procurarei honrar a *tradição dessas* duas grandes figuras intelectuais, culturais e políticas que vêm atuando, de longa data, no cenário político nacional com inexcedível devotamento, os ilustres colegas e *prezados co-estaduanos.*

Uma é V. Exª, Senador Filinto Müller, que não somente como Presidente desta Casa, em várias Legislaturas, como *ainda nas demais elevadas funções* que já exerceu na vida político-administrativa da República, tem sabido elevar bem alto o nome do nosso querido Mato Grosso...

O Sr. Filinto Müller — Permite V. Exª um aparte?

O SR. LOPES DA COSTA — Pois não!

O Sr. Filinto Müller — Agradeço a *V. Exª as* honrosas referência que faz à minha pessoa. Estou ouvindo sua oração com a velha simpatia que cultivo, *há longos anos, por* V. Exª. Tenho plena certeza de que, no Senado da República, V. Exª será um dos mais eminentes e dignos representantes do povo de Mato Grosso.

O SR. LOPES DA COSTA — Faço, apenas, justiça a V. Exª. Retribuo os agradecimentos.

Outra referencia que me cabe fazer é ao *meu eminente* chefe e grande líder, Senador João Villasbôas.

Todos os adjetivos que pudesse usar, neste instante, para enaltecer a sua marcante personalidade, *seriam* poucos, porque, seu valor, seu espírito de luta, tantas vêzes demonstrado através da sua longa e proveitosa carreira política, de *mais de quarenta* anos de vida parlamentar sem conhecer uma só derrota nas urnas, seria o suficiente para fazê-lo merecedor da gratidão do povo de *Mato Grosso, em cujo* coração habita.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, servir bem ao meu Partido, ao meu Estado e à Nação é *a minha maior preocupação*, dentro, naturalmente, dos salutares princípios da moral e da razão, conforme tenho norteado todos os atos da minha vida. *Espero, mercê de Deus*, tudo fazer para merecer a confiança e a consideração de meus nobres Pares, a fim de que, irmanados, possamos ter os *nossos pensamentos sempre voltados* para o bem comum e a grandeza da Pátria.

Era o que tinha a dizer. (*Muito bem.*).

O SR. PRESIDENTE:

— Tem a palavra o nobre Senador Venâncio Igrejas, orador inscrito.

O SR. VENANCIO IGREJAS — Sr. Presidente, hoje é dia de festa cívica no Estado da Guanabara, pois, se comemora, *oficialmente*, o aniversário da *Cidade do Rio* de Janeiro, que faz 396 anos de existência!

Oficialmente fundada no hoje histórico Morro Cara de Cão, mais tarde foi transferida *para o Morro* do Castelo.

Assim, duas datas têm sido objeto de comemorações pela fundação da ex-Capital da República: o 20 de janeiro e o 1º de *março*.

Nesta oportunidade, cumpre ressaltar que comemora a Cidade do Rio de Janeiro o seu primeiro aniversário oficial após a *transferência da Capital* da *República* para Brasília. E, especialmente, salientarei até uma coincidência que muito nos honra, neste momento: o Senado Federal, *nesta ocasião, é* presidido exatamente por um Senador da Guanabara, o *eminente* e ilustre político Gilberto Marinho, uma das glórias do Estado da *Guanabara*.

Os Srs. Filinto Müller e *Fernandes Távora* — Muito bem!

O SR. VENANCIO IGREJAS — *Fica, assim, êste aniversário como liame* entre a nova Capital, Brasília, e a velha Capital, a histórica cidade do Rio de Janeiro. Mas, Sr. Presidente, este *aniversário do Rio de Janeiro* em meio às alegrias justas do povo carioca, encontrou um vento de preocupação a soprar as 396 velas das comemorações de seu aniversário.

Parece que o Rio de Janeiro, se nasceu para glórias, nasceu também, para o sacrifício. O seu fundador, Estácio de Sá, *criava a cidade e perecia* atingido no olho por uma seta indígena. O seu patrono, São Sebastião, com o corpo cravado de *setas*, é bem um exemplo da grandeza e sacrifício daquela cidade, que recebeu o *título de* "muy leal e heroica cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro". Pois bem, lembraram-se de transferir a Capital da *República, mas parece* que *essa transferência*, numa espécie de fuga apressada para o Planalto Central, foi como que um castigo para a metrópole que *tantos* e *tantos serviços prestou* ao Govêrno central durante quase quatro séculos e à República por sete décadas.

A Cidade do Rio de Janeiro transformou-se em Estado, e Estado *sui generis*. Não houve a preocupação de preparar o antigo Distrito Federal para a nova situação que se criava, e *agora* o *Estado da Guanabara* vive uma situação crítica do ponto de vista político, econômico e até social. Neste aniversário está ela a merecer, como um *presente de todo o* Brasil, a atenção de todos os brasileiros, para que haja uma recompensa ao Rio de Janeiro, por tantos sacrifícios ao servir à Nação.

Sem *dúvida confiamos* no atual Govêrno Federal, até por que um dos maiores serviços dentre os que a cidade do Rio de Janeiro tem prestado, *está o* de, *no último pleito*, haver concorrido com votação excepcional para eleger o atual Presidente da República o Senhor Jânio Quadros, em *campanha* memorável, *quando se* realizaram os maiores comícios da campanha e quando o povo carioca vibrou, porque via surgir uma nova era não apenas para o *País, mas de esperanças para o* próprio povo do Rio de Janeiro.

A verdade é que a Cidade do Rio de Janeiro como Capital da República, por isso mesmo tinha características próprias, e se *transformou numa cidade como* que burocrática e também financeira. Burocrática, como sede dos Três Podêres, dos Ministérios, das grandes repartições *federais; financeira, como sede das* grandes organizações, que ali se colocavam exatamente porque se tratava do centro político da República.

Com a transferência da Capital para Brasília, entrou o Rio de Janeiro em situação de transição, e hoje depende ainda de uma Constituição, com um *Govêrno eleito pela primeira vez* com autonomia. O Governador, jovem, trabalhador, dinâmico, interessado na solução dos velhos *problemas* do Rio de *Janeiro, ainda tem* que estar preso àquela organização obsoleta do velho Distrito Federal.

A economia do Estado da Guanabara *começou a sofrer pela falta* de previsão que houve, quando o ex-Presidente da República, alegando cumprimento de mandamento *constitucional*, transferiu *precipitadamente* a Capital para o Planalto Central e deixou o Rio de Janeiro abandonado e entregue ao seu próprio destino.

Ainda agora, Sr. Presidente, temos de examinar a transferência dos órgãos federais, especialmente das chamadas empresas de economia mista. Não há *dúvida de que o Govêrno* Federal deve ter razões para proceder à transferência dêsses órgãos da Administração pública; acredito mesmo que seria a adoção *do critério da descentralização* administrativa. Sempre fui dos que entendem que um dos maiores males da Administração Pública no *Brasil é*, exatamente, a *centralização*. Mas o Rio de Janeiro e a população carioca não têm culpa da excessiva centralização havida. E' preciso, portanto, compreender que, no *momento, certas* medidas podem trazer graves prejuízos à economia carioca, à cidade que não é apenas dos cariocas, que ali são minoria, *mas em verdade é de todos* os brasileiros, e que por ter sido a Capital da República os seus graves problemas são quase todos oriundos dessa antiga qualidade, *pois seus problemas são como que* federais.

Temos, no entanto, Sr. Presidente, confiança plena na ação do Govêrno Federal. Sabemos que *tem razões* para a transferência de órgãos federais da ex-Capital da República, para Brasília ou para outros pontos do território brasileiro; *mas confiança temos*, repito, *de que jamais o* Rio de Janeiro será prejudicado com tais transferências.

Ainda agora, no Estado da Guanabara, obtive alguns dados [illegible] respeito da situação do Rio [illegible]. Por exemplo, a renda [illegible] era de Cr$ 50.000 [illegible] Brasil — pode [illegible] com a simples transferência [illegible] cipais [illegible] terios, desde que não [illegible] cer [illegible] [illegible].

Recentemente, [illegible] rência da Companhia [illegible] Doce, que, em 1960, [illegible] do Rio de Janeiro, [illegible] mas, cêrca de noventa [illegible] cruzeiros.

A sua transferência pode representar, a grosso modo, [illegible] quenta milhões só do impôsto [illegible] das e consignações, isso [illegible] contar a questão de depósitos [illegible] *movimento bancário*, a reversão do impôsto de renda, para no caso o [illegible], referente à questão dos Municípios.

Em 1961 essa transferência poderia representar grave *prejuízo* para a economia do Estado, até na parte referente a funcionários, pois a fôlha da Companhia representa cinqüenta e *quatro milhões de cruzeiros*.

Sr. Presidente, outras considerações poderiam ser feitas a respeito da transferência da Companhia Vale do *Rio Doce. Entretanto, não é êste* o assunto que me trás à tribuna em aspecto particular, especial; queria apenas dizer da confiança que sentimos no *Govêrno Federal que vem, de* fato, procurando, desde o começo, realizar uma grande obra administrativa.

No caso das companhias de economia mista, *vemos realizar-se um velho sonho*, uma velha aspiração, um ponto programático da União Democrática Nacional, que é a participação dos empregados *das Emprêsas na sua Direção*. Vai aqui um louvor ao Presidente Jânio Quadros por essa medida progressista e de grande valor para a economia brasileira.

Sr. Presidente, compreendemos as razões do govêrno *federal, compreendemos* que haja um plano a seguir; chegamos a compreender que não é possível sacrificar o Brasil por causa do *Estado da Guanabara. Mas, quando* a Guanabara *comemora* seu aniversário — apenas quatro anos faltam para comemorar quatrocentos anos de existência — esperamos e *temos mesmo a certeza* de que o Estado da Guanabara não será sacrificado com essas transferências de órgãos federais de economia e das *sociedades* de economia *mista*.

Temos confiança no *critério adotado* pelo Govêrno Federal, pois sabemos que como compensação por essas transferências, há a União de dar os necessários suprimentos para *que o povo carioca, aquêles* três milhões e quinhentos mil brasileiros que vivem na Velhacap, brasileiros de todos os Estados, não virão a sofrer as *conseqüências dessas transferências*.

Sr. Presidente, Senhores Senadores, a cidade do Rio de Janeiro merece continuar o seu destino de glórias. Ela tem sido a acolhida de todos os anseios, de *tôdas as aspirações, de tôdas* as reivindicações da Nação brasileira; é a sede da cultura e de tudo aquilo que representa os sentimentos dos brasileiros.

E' bem uma cidade representativa de *todos os rincões do Brasil. Assim*, ao comemorar ela o seu tricentésimo nonagésimo sexto aniversário, deixo aqui não apenas o apêlo mas a certeza de *que o Govêrno Federal não sacrificará* a economia já tão combalida do Estado da Guanabara. Sobretudo na fase difícil de transição, e que Senhores *Senadores, representantes de todos os brasileiros* que vivem no Rio de Janeiro, que, por tantos anos, foi sede do Senado Federal, lutarão conosco, os *seus representantes, para que a cidade* do Rio de Janeiro seja não apenas a

glória dos cariocas mas que continue a ser a glória, histórica, de todos os brasileiros. (*Muito bem; muito bem.*)

O SR. PRESIDENTE:

— Tem a palavra o nobre Senador Benedito Valladares.

O SR. BENEDITO VALADARES:

(*Lê o seguinte discurso*):

Sr. Presidente:

Venho à tribuna para lembrar ao Senado a justiça da nossa manifestação de pesar pelo passamento de um grande lidador do progresso do País. Nascido em Minas, na cidade de Aiuruoca, o Dr. Joaquim Mário de Souza Meirelles, faleceu em S. Paulo aos oitenta anos de sua idade.

Vida longa e proveitosa, pois, foi autor das mais arrojadas iniciativas que vieram concorrer para alterar a face da economia brasileira. A Cia. Hidroelétrica Paranapanema, que se situa ao sul de São Paulo e ao Norte do Paraná, a Siqueira Meirelles e Cia. no sudoeste de Minas Gerais, a grande Usina de Açúcar de Passos, emprêsa que se destaca dentre as suas congêneres e finalmente a Cia. de Cimento Portland Itaú, cujo progresso traspassa o limite do Estado de Minas e amplia-se por quase todo o território nacional.

O Sr. Nogueira da Gama — Permite V. Exª um aparte?

O Sr. Benedito Valladares — Com todo prazer.

O Sr. Nogueira da Gama — Associo-me às homenagens que V. Exª está prestando, neste momento, à memória do Dr. Joaquim Mário de Souza Meirelles, e o faço na qualidade de Presidente da Seção mineira do Partido Trabalhista Brasileiro. V. Exª acaba de ressaltar, com muita oportunidade, que o Dr. Joaquim Mario tendo labutado grande parte de sua vida no Estado de São Paulo, não se esqueceu de movimentar os fatores da produção do seu Estado natal — que é o nosso prestando, assim, relevantes serviços aos trabalhadores da nossa terra. Merece êle, portanto, as homenagens que V. Exª presta, neste momento, à sua memória e às quais me associo em nome do meu partido.

O SR. BENEDITO VALADARES — Agradecido ao aparte de V. Exª.

O Sr. Gaspar Velloso — Permite V. Exª um aparte?

O SR. BENEDITO VALADARES — Com todo o prazer.

O Sr. Gaspar Velloso — As organizações a que V. Exª se referiu, principalmente a de Paranapanema beneficiaram intensamente o Estado do Paraná. A bancada do Partido Social Democrático do meu Estado associa-se à homenagem que V. Exª presta ao ilustre desaparecido pois são justas e merecidas de serem ressaltadas.

O SR. BENEDITO VALADARES — Os apartes dos nobres Senadores vieram fortalecer as razões do meu discurso.

Não só na indústria aplicava a sua inteligência penetrativa e rica de variado aspecto; tinha especial pendor para a agricultura, acompanhando de perto tudo que de mais modernos se praticava a respeito.

Homem de ação, o Dr. Joaquim Mário, era ao mesmo tempo um grande semeador de boas idéias. Não raro os governos recebiam cartas suas sugerindo o que se devia fazer em benefício de economia de nossa Pátria. Estas sugestões eram às vêzes feitas à margem de simples fôlha de jornal.

Foi êle o primeiro que teve a idéia da construção de Furnas, escrevendo a Lucas Lopes que o Govêrno devia tomar a iniciativa da construção de uma barragem que êle denominava de ponte barragem, para o aproveitamento da grande potência hidráulica do Rio Grande, no sul de Minas.

A vida de homens assim constitui exemplo e não pode ser atirada ao olvido das gerações.

Tais os motivos por que deve constar dos Anais desta Casa a nossa homenagem à memória do Dr. Joaquim Mário de Souza Meirelles. (*Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Caiado de Castro.

O SR. CAIADO DE CASTRO:

(*Não foi revisto pelo orador*) — Sr. Presidente, vacilei entre desistir, ou não, da minha inscrição, porque os dois assuntos que pretendia versar foram tratados pelo nobre colega udenista do Distrito Federal, com grande proficiência.

O Sr. Venâncio Igrejas — Permite V. Exa. u maparte?

O SR. CAIADO DE CASTRO — Com todo o prazer.

O Sr. Venâncio Igrejas — Ignorava que V. Exa. estivesse inscrito para falar precisamente sôbre êsses dois pontos. Se o soubesse, teria desistido da palavra, pois V. Exa. com certeza os examinaria com brilhantismo.

O SR. CAIADO DE CASTRO — Muito agradecido. Fiquei satisfeito com a oportunidade de ouvir V. Exa. que, como representante da gloriosa UDN da Guanabara, está em melhores condições para tratar do assunto.

Com referência ao aniversário da nossa cidade, desejo relembrar discurso que pronunciei nesta Casa, no qual pedia a atenção do Govêrno do então Distrito Federal para as festividades que deveriam ser realizadas daqui a quatro anos.

O outro aspecto é justamente aquêle que V. Exa. frizou com grande serenidade e conhecimento de causa: a retirada das repartições federais do Estado da Guanabara.

Na última reunião do Partido Trabalhista Brasileiro, presidida pelo Dr. João Goulart, ficou pràticamente decidido que apoiaríamos o Presidente Jânio Quadros em tudo aquilo que fizesse de bom e no interêsse da Pátria criticaríamos e combateríamos tudo aquilo que julgássemos prejudicial.

Não recebi instruções do Líder do meu Partido, nesta segunda fase de convocação. Falo, portanto, em meu nome pessoal, e faço questão de deixar bem clara minha opinião.

Não vou atacar o Dr. Jânio Quadros; não vou tampouco elogiá-lo, nem manifestar, como o nobre colega Senador Pedro Ludovico, esperanças pelo que está fazendo.

Como trabalhista e como carioca, não posso, de forma alguma, apoiar o Presidente da República por essa decisão sôbre os dois turnos do funcionalismo civil. E' um assunto velho.

Muito antes de ingressar na política partidária já conhecia os debates sôbre essa matéria, pois como Chefe do Gabinete Militar do saudoso Presidente Getúlio Vargas, fui honrado por S. Exa., justamente por não ser político e não estar filiado — faço questão de repetir — a qualquer partido, com a designação para, com as competentes autoridades, estudar o assunto.

Chegamos, naquela época, à conclusão de que não seria possível a fixação de dois turnos para o funcionalismo da Capital da República.

A deficiência de transporte, as dificuldades que criaríamos para o serviço público, o desequilíbrio que provocaríamos nos orçamentos domésticos — não que hoje está convencionado chamar-se salário familiar — e também o mal que causaríamos às famílias dêsses funcionários, levando para o seu seio o nervosismo daquêles que vivem correndo para apanhar condução e almoçar em casa, não nos permitiram a adoção dessa medida. Não posso, por isso, dar meu apoio ao Presidente Jânio Quadros quando a essa decisão, como também não posso felicitá-lo pela transferência brusca das repartições federais, da Cidade do Rio de Janeiro para o interior do Brasil.

Desconheço as razões de S. Exa., mas, como muito bem disse o nobre Senador Venâncio Igrejas, é possível que tenha sólidos motivos para assim agir. Entretanto, não o compreendo e não vejo como mudar meu ponto de vista.

Tendo a Vale do Rio Doce uma companhia de exportação, que vantagens poderão advir para o Brasil e para a própria companhia da transferência da sua séde, no prazo de trinta dias, da cidade de Belo Horizonte?

O "Correio da Manhã" publica um artigo de fundo que merece ser lido da tribuna, a fim de que conste dos nossos Anais e, também, para servir de alerta aos assessores do Sr. Presidente da República.

Segundo os dados apresentados, o Estado da Guanabara perdeu no seu orçamento, com êsse bilhetinho do Sr. Jânio Quadros, um bilhão e cinqüenta e quatro milhões de cruzeiros.

O Rio de Janeiro tem sido muito sacrificado. Se por um lado recebe vantagens pela proximidade do Govêrno Federal, por outro lado os administradores da política federal pouco se importavam com a sua sorte.

As críticas severas feitas hoje ao Estado da Guanabara, pelo número exagerado de funcionários e pelo nível elevado de pagamento, dos mesmos, não cabem, absolùtamente, ao povo carioca. Não eram administradores cariocas que assim decidiram, eram administradores dos Presidentes da República; e cada um quando saía, deixava o seu testemunho.

Dizem os jornais — mas não tenho elementos para corroborar nem procurei certificar-me — que um dos advogados da Prefeitura, percebendo setenta ou cinteta mil cruzeiros mensais, foi nomeado antes de terminar o curso da Faculdade de Direito. Não sei se é verdade. Afirmo, porém, que — como muito bem disse o nobre Senador Venâncio Igrejas, repito — não podemos atribuir ao povo carioca, formado não só daquêles que, como eu, são naturais do Rio de Janeiro, mas também dos que vivem e sofrem os males da cidade, a culpa pelo desregramento dos governantes, nem a culpa pela centralização na nova Capital.

Não é justo, portanto, que êsses funcionários, êsse povo, sofram as consequências da cidade abandonada, recebendo de chofre um golpe na renda de mais de um bilhão de cruzeiros, sem qualquer preparo nem estudo.

Sr. Presidente, depois de discurso tão sereno e equilibrado do nobre Senador da União Democrática Nacional, sinto-me acanhado em fazer crítica mais severa a êsse aspecto.

Queria apenas dizer como humilde representante do povo carioca, quê nós, cariocas de nascimento, que não votamos em Jânio Quadros, de política contrária e fragorosamente derrotados nas últimas eleições, reconhecemos nossa derrota. Mas, aquêles que votaram em Jânio Quadros já estão começando a ficar desencantados em virtude das providências bruscas, tomadas sem maiores explicações sem o conhecimento do povo que, de um momento para o outro, vê agravar-se os males de que padecia sem ver surgir os recursos de que precisa para justamente combater êsse males.

Sr. Presidente, antes de terminar, peço licença a V. Exa. para ler um artigo publicado pelo *Correio da Manhã* que melhor do que eu dirá sôbre o assunto que era para mim desconhecido justamente por não pertencer ao Partido que apoia o Dr. Jânio Quadros, a gloriosa União Democrática Nacional.

O Sr. Nogueira da Gama — Permite V. Exa. um anarte?

O SR. CAIADO DE CASTRO — Com prazer.

O Sr. Nogueira da Gama — Antes de V. Exa. proceder à leitura dêsse artigo do *Correio da Manhã* que eu conheço, desejaria consignar em seu discurso que a soma arrecadada pelas unidades federais do antigo Distrito Federal, durante longos anos, o foram em detrimento do Estado de Minas Gerais, onde a Companhia Vale do Rio Doce deveria estar sediada, desde o início de sua fundação.

Assim, na verdade, transferida ela para Minas Gerais para alí exercer suas atividades, o que se faz é um reparo a uma situação de desajuste de muitos anos. Neste ponto é que me permito discordar das considerações de V. Exa. porque a Companhia Vale do Rio Doce exporta o minério de ferro, através do Pôrto de Vitória e não do Pôrto do Rio de Janeiro. Suas operações mercantis e comerciais podem ser feitas perfeitamente na praça de Belo Horizonte. Todos os Bancos onde ela opera no Rio de Janeiro têm suas filiais em Belo Horizonte e alguns dêles têm lá suas casas matrizes. De modo que as operações bancárias continuarão sendo feitas sem o menor prejuízo. Apenas haverá uma deslocação da arrecadação dos tributos que irão, agora, ser arrecadados pelo Estado de Minas Gerais que tem direito a essa parcela, porque a Companhia atua em todo o território mineiro e tôdas as suas atividades são em Minas Gerais e não no Rio de Janeiro. Assim chamo a atenção esclarecida de V. Exa. para êste aspecto do problema. Durante muitos anos a Companhia Vale do Rio Doce contribuiu com essa soma de grande vulto para o Tesouro do antigo D. Federal, em prejuízo do Estado de Minas Gerais.

O Sr. Venâncio Igrejas — Permite o nobre orador um aparte?

O SR. CAIADO DE CASTRO — Com muito prazer.

O Sr. Venâncio Igrejas — Não há dúvida de que o nobre Senador Nogueira da Gama tem alguma razão e, no meu discurso, eu não ignorava as razões que pode ter o Govêrno Federal. Também não quis focalizar êste aspecto, mas a verdade é a seguinte: se o Govêrno de Minas Gerais o grande estado montanhês — sofria na sua economia por uma situação que não dependeu do atual Estado da Guanabara, antigo Distrito Federal, mas, sim, do Govêrno Federal, não é possível que o eminente Senador Nogueira da Gama queira, agora, de um momento para outro, que se inverta a coisa. Antes era sacrificado o Estado de Minas Gerais, mas, agora, para que não o seja, sacrifique-se o Estado da Guanabara. Parece que eu tinha razão ao dizer que o que é preciso, quando se trata da descentralização da Administração Pública, é corrigir, realmente, inclusive, certas situações passadas, mas, de tal forma que não se criem novas situações de prejuízos. Realmente estou de acôrdo com o nobre Senador Nogueira da Gama, quando entende que havia, para o Estado de Minas Gerais, prejuízos por esta situação da Cia. Vale do Rio Doce e que sua sede viesse a ser transferida para Belo Horizonte, mas o eminente Senador concordará comigo, pois compreenderá que não é possível, de um momento para outro, fazer essa transferência e a de outros órgãos a fim de corrigir uma situação passada, talvez até com proveito para a economia brasileira, acarretando prejuízos para a economia combalida do novo Estado que se cria, em situação tão difícil.

O ideal é que se façam as correções, daquilo que estiver errado, mas que não se crie nova situação de prejuízos. Espero e tenho confiança, como disse em meu discurso, de que o Govêrno Federal há de, naturalmente, encontrar medidas de modo a que o Estado de Minas Gerais não continue a ser

prejudicado, mas que também, não seja *ainda mais* sacrificado o Estado da Guanabara que sofre, ainda, as conseqüências da transferência da Capital, pela maneira por que foi realizada.

O SR. CAIADO DE CASTRO — Agradeço os apartes dos nobres Colegas e desejo dizer ao nobre Senador Nogueira da Gama, meu amigo e companheiro de Partido, que as razões alegadas por S. Exª eu já as conhecia. Realmente, era necessário haver um acôrdo, um entendimento, para que fôsse solucionada essa questão. Não é possível resolver êsse assunto sumàriamente, num prazo de trinta dias, sem maiores estudos das conseqüências e dos males que advirão para o Estado da Guanabara. O argumento de que o minério é de Minas Gerais e, portanto, êste Estado teria grandes razões, é velho. Não é de hoje. A sede sempre estêve no Rio de Janeiro, por ser a Capital do País, onde há maiores facilidades de comunicação e por ser o maior pôrto nacional, onde as questões de exportação eram mais bem tratadas.

Se existe êrro, *se o Govêrno* decide retirar da cidade do Rio de Janeiro tôdas estas repartições e companhias, irá criar uma situação tal para o Estado da Guanabara que êste não poderá, sequer, pagar seus funcionários. Uma simples medida da Cia. Vale do Rio Doce nos trouxe uma queda de um bilhão de cruzeiros na renda, apesar do poder aquisitivo daquêles funcionários da Companhia Vale do Rio Doce e das outras que viviam em função dela. E' contra isso que eu, como representante do povo carioca e como carioca de nascimento, reclamo, procurando demonstrar por que não posso dar o meu apoio e aplauso ao Presidente Jânio Quadros. Seria natural que medidas dessa natureza se tomassem com mais calma, estudando os prós e contra.

O Sr. Nogueira da Gama — Permite V. Exª um aparte?

O SR. CAIADO DE CASTRO — Com todo o prazer.

O Sr. Nogueira da Gama — Verifico, com muito prazer, que V. Exª como o ilustre Senador Venâncio Igrejas, representante da União Democrática Nacional, *reconhecem* que o Estado de Minas Gerais tem sido sacrificado e sofrido prejuízos com o fato de a sede da Companhia Vale do Rio Doce se ter *conservado* no antigo Distrito Federal, atual Estado da Guanabara. O ponto em que divergimos cinge-se a um pormenor: VV. Exªs. entendem que a mudança deveria ter sido feita mediante determinadas providências que implicassem em não diminuição da receita para o atual Estado da Guanabara, de modo que êsse não viesse a ter prejuízo na arrecadação. Enquanto que eu pondero a VV. Exªs. que o Estado de *Minas Gerais* perdeu muito, durante longos anos, arrecadação volumosa em benefício do antigo Distrito Federal. Assim VV. Exªs., que entendem que o problema poderá ser resolvito por essa forma, devem pleitear, como dignos e eminentes representantes do Estado da Guanabara, que o Govêrno Federal, por outros meios, procure ressarcir êsse Estado do prejuízo que terá na sua arrecadação, não porém discordando da mudança da sede da Companhia a *curto* prazo, porque ela deveria ter sido feita há mais tempo. Nada justifica que a Companhia Vale do Rio Doce tenha tido sua sede no Rio de Janeiro. Absolutamente. Tôda a sua exportação é feita através do pôrto de Vitória, o Govêrno Federal está gastando soma vultosa para melhorar êsse pôrto e a própria Companhia contribui para essas obras, a fim de facilitar a exportação do minério. Sabemos todos que a área do pôrto do Rio de Janeiro, destinado a exportação de minério, é ainda ociosa, em larga escala; não é ocupada. Por que motivo o Estado de Minas continuaria a perder, à espera de solução para suprir o Estado da Guanabara? Permitam-me VV. Exªs. que, como representante do povo mineiro, eu pondere o seguinte: no ano passado, o Presidente Juscelino Kubitschek doou três bilhões de cruzeiros ao Estado da Guanabara, para ajudá-lo a sair de determinadas dificuldades que no momento, enfrentava. Pois bem: *seria o caso de* o Governador do Estado da Guanabara, representantes e autoridades do novo Estado, pleitearem do Presidente Jânio Quadros um novo auxílio, não, porém, à custa do sacrifício do Estado de Minas Gerais, que não tem motivo algum para continuar perdendo daquela maneira. VV. Exªs. devem saber que o território de Minas está em grande parte esburacado com as explorações verdadeiramente depredatórias que têm sido feita *para* extração *do minério*. Minas Gerais tem dado grande contribuição para o progresso do País; por que deixar de auferir resultados da arrecadação de tributos na *exploração e* exportação dêsse minério? Peço aos nobres colegas que considerem êsse aspecto do problema que é o aspecto real, o único digno de apreciação, e concordem com a representação do Estado de Minas, neste momento, porque não é possível divergir dela nesse ponto.

O Sr. Benedito Valadares — Permite o nobre orador um aparte?

O SR. CAIADO DE CASTRO — Com todo o prazer.

O Sr. Benedito Valadares — Tive oportunidade em Minas, falando à Imprensa, de elogiar o ato do Presidente Jânio Quadros mudando a *direção da* Companhia do Vale do Rio Doce e da Estrada de Ferro Vitória-Minas para Belo Horizonte. Essa diretoria jamais devera ter sede na Capital da República! O seu lugar era mesmo em Minas Gerais. Nada tem que ver com a Capital da República, pois, é uma estrada que percorre Minas e o Espírito Santo, para permitir o escoamento do minério de Minas para o estrangeiro. Por que razão, portanto, sua Direção teria que permanecer no Rio de Janeiro? Não há nem havia razões para isso. Nunca deveria ter sido instalada na Capital da República. O Estado de Minas é central. Por isso mesmo, sofre consideràvelmente na sua economia. O impôsto de vendas e consignações de Minas é pago em outros Estados da Federação, onde há portos marítimos. Não é admissível que essa estrada, que é mineira, cujos trilhos estão, na sua maior extensão, em solo mineiro e que servem para escoar produtos de Minas para o estrangeiro, tenha sua direção no Rio de Janeiro. Entretanto, desejo salientar que não estou contra o Estado da Guanabara. Pelo contrário, acho que lhe deveríamos dar tôda a atenção que reclama. Jamais, porém, ao preço do sacrifício de um Estado como o de Minas que, de longa data, vem sendo sacrificado em benefício de outras Unidades da Federação.

O SR. CAIADO DE CASTRO — Estou de acôrdo com V. Exª nesse particular. *Entretanto, no meu entendimento*, o ato do Govêrno foi precipitado.

Eu, pessoalmente, apenas disse que Minas Gerais sempre mandou na *política brasileira*. Sempre! (*Riso*). Recordo-me de que, ainda menino, de calças curtas, já ouvia os goianos gritarem, chorarem mesmo, que Minas lhes havia tomado uma parte do seu território, o Triângulo Mineiro Paracatu etc. Dai para cá, até 1930, Minas mandou. Com a Revolução Minas foi *o único* Estado que teve Governador: o nosso ilustre colega Benedicto Valadares, que realizou uma grande obra, uma grande *administração*.

O Sr. Benedicto Valadares — Muito agradecido a V. Exª.

O SR. CAIADO DE CASTRO — Veio, antes do atual Govêrno, o Sr. Juscelino Kubitschek. S. Exª, como mineiro, tudo fazia por Minas. *Hoje*, os goianos andam dizendo que êle foi um grande protetor de Goiás. Mas, como chegar-se a Belo Horizonte *sem passar por Goiás?* Como chegar ao Acre sem passar por Goiás e Mato Grosso?

Goiás realmente muito se beneficiou, mas, apenas, em conseqüência daquilo que foi um plano grandioso para Minas, um plano extraordinário do Presidente Kubitschek.

Então, pergunto: por que Minas Gerais não protestou e [illegible], por que não conseguiu a transferência da Cia. Vale do Rio Doce [illegible] no Govêrno do Sr. Juscelino Kubitschek, para que tudo se fizesse sem choques para o Rio de Janeiro? O que, como *carioca*, estranho, é que se pretenda fazer essa mudança em apenas trinta dias!

O Sr. Nogueira da Gama — E' uma velha aspiração dos mineiros! Há muito tempo Minas pleiteia a mudança da Companhia para Belo Horizonte.

O Sr. Venâncio Igrejas — Permite o nobre Senador Caiado de Castro um aparte? (*Assentimento do orador*) — Quero agradecer a colaboração que traz a bancada mineira ao Estado da Guanabara, quando reforça meu discurso naquele ponto em que digo que o Estado da Guanabara deve receber auxílios do Govêrno Federal, pelo que eu chamava de sofrimentos pelas transferências que estão sendo feitas. *Mas*, não desconheço — e *já o* disse em meu discurso — essas razões.

O Sr. Nogueira da Gama — Queremos, apenas, que Minas não continue a sofrer êsses grandes prejuízos em sua economia.

O Sr. Venâncio Igrejas — Tem V. Exª tôda a razão. *Mas, no meu discurso*, quando apelava aos Senadores de todos os Estados, fazia-o porque o Rio de Janeiro tem sofrido muito pelo simples fato de ter *sido Capital* da República. Assim, pergunto: qual é o problema crucial daquela grande cidade? As favelas. No entanto, quais são os brasileiros que *moram nas favelas?* Na maioria, fluminenses e mineiros; muitos são nordestinos. Em suma, são aquêles brasileiros que, porque o Rio de Janeiro era a Capital da República, para lá se mudaram e ali formaram as favelas que, hoje, constituem o problema crucial da atual administração carioca. Então, justifica-se *realmente*, como dizia a bancada mineira, que ao Rio de Janeiro, na ocasião em que deixa de auferir as vantagens de Capital da República, se dê uma compensação pelo fato de estar sofrendo pela desvantagem de ter sido Capital da República. A favela é um problema federal, pois foi exatamente constituído pelos brasileiros que acorreram ao Rio de Janeiro, por ser Capital da República. Por outro lado, disse bem V. Exª, *o Rio de Janeiro, sofre* o resultado da má administração da União Federal. Devo esclarecer que não desejamos o sacrifício de nenhum Estado, tanto mais que o Rio de Janeiro sempre estêve de braços abertos aos brasileiros de todos os rincões do País. Mas é justo que a nossa cidade que tantos serviços prestou, que abrigou a sede dos três Podêres, receba dos Estados o amparo de que necessita para resolver a situação crítica que está vivendo, como resultante da *transferência* da Capital e sobretudo na precipitação havida. Não é, realmente, o Govêrno, culpado pelo modo por que *foi feita a transferência*; mas a êle cabe tomar as medidas necessárias para atenuar as suas conseqüências.

O SR. CAIADO DE CASTRO — Muito agradeço a V. Exª pelo valioso auxílio que me presta. Vou repetir que não somos contra a mudança, nem contra Minas Gerais. O que reclamo e estranho — estranheza *também* manifestada pelo meu eminente colêga — é a mudança rápida, sem que o Estado da Guanabara estivesse preparado para o corte tão *violento* que sofrerá *no seu orçamento*. Quanto aos decantados três bilhões de cruzeiros que o Presidente Juscelino Kubitschek consignou ao Rio de Janeiro, como carioca, manifesto minhas reservas. Para as obras a que foram destinados os três bilhões, mandou-se proceder em ritmo de Brasília. O dinheiro rodava solto pelas ruas; com [illegible] partiu-se trabalho noturno o que encareceu a obra a ponto de, [illegible] [illegible] caixa, pelo que [illegible] jornais, o Distrito Federal [illegible] via um bilhão e [illegible] cruzeiros aos empreiteiros. [illegible] [illegible] devemos [illegible] [illegible], porque, o [illegible] na Cidade do Rio de Janeiro [illegible] o suor dos cariocas, de todos [illegible] que ali vivem e trabalham dos [illegible] lhões de cruzeiros, dados pelo [illegible] da União, a quase metade foi [illegible] mida para pagar *obras* executadas [illegible] próprio Govêrno Federal. [illegible] acôrdo com V. Exª quanto à [illegible] feita. Nós cariocas, temos [illegible] certo *auxílio do Govêrno Fed*[illegible] que não houve previsão [illegible]. O corre-corre para mudar a Capital, as afirmações feitas por dois [illegible] Senadores *garantindo que tudo* [illegible] certo; que as ruas de Brasília [illegible] calçadas: que havia acomoda[illegible] tudo isto trouxe-nos uma grande desorganização.

O problema das *favelas não* [illegible] rioca, *como* muito bem diz o nobre Senador. Será êle de Brasília? — [illegible] Pelo noticiário da imprensa [illegible] que o Prefeito de Brasília *tomou* medidas extraordinárias para corrigir o que de errado existe no Núcleo Bandeirante. Nos últimos três meses [illegible] Govêrno findo houve *tal desinterêsse* a *ponto* das favelas do Núcleo Bandeirante se haverem multiplicado estendendo-se até a margem do rio, atravessando a estrada. O nobre Senador *Novaes Filho e eu*, que temos [illegible] próximas ao local, fomos obrigados — ou pelo menos — a contratar [illegible] dadão para promover a expulsão [illegible] *invasores que ali se fixaram*. [illegible] mente, o Govêrno está corrigindo [illegible] tudo, e se não o fizer, teremos [illegible] Brasília o problema crucial das favelas. *Êste não poderá* ser atribuído [illegible] cidade, pois é um problema federal.

Sr. Presidente, não desejo alongar-me no assunto, já o fiz demais. Apenas peço *permissão* para ler um artigo publicado pelo *Correio da Manhã* que considero muito interessante, porque aborda um problema *político*, que ignorava, *mas que figurará nos* Anais do Senado, para que Sua Excelência o Sr. Presidente da República, muito bem intencionado, mande *um* bilhetinho *a um dos seus* assessôres para estudar o assunto.

O artigo está assim redigido:

GUANABARA, S. O. S.

Em memorando lacônico, o presidente Jânio Quadros mandou realizar, dentro de 30 dias, a *mudança da Companhia* Vale do Rio Doce do Rio de Janeiro para Belo Horizonte.

Essa medida, tão pouco favorável ao Estado da Guanabara, atinge-nos num momento em que nossa situação não é das mais auspiciosas: em vigor um [illegible], por *tempo indefinido*, que consagra a anomalia da nossa situação constitucional; um Estado sem Constituição, um govêrno sem possibilidade de *conseguir* leis, um governador que não tem as prerrogativas de um governador nem as de um prefeito: uma Assembléia na qual a maioria se encontra em franca oposição, *enquanto* a minoria só se empenha em impedir o govêrno de governar. E' o caos. A medida do presidente Jânio Quadros acrescenta ao *caos político* a debilitação econômica, a fraqueza, o empobrecimento.

O Estado da Guanabara teve todos os motivos para esperar, da parte do Govêrno federal, compreensão e ajuda; *pelas hostilidades* da parte do govêrno anterior, e pela votação maciça que deu ao novo presidente da República. E' tanto mais amarga a decepção que agora experimentamos.

Um mínimo de compreensão teria aconselhado a permanência da Companhia Vale do Rio Doce no Rio de Janeiro. E' uma companhia de exportação. Só pode funcionar, eficientemente, num grande centro financeiro, provido de tôdas as facilidades de comunicações. Agora, terá de funcionar em Belo Horizonte, cidade magnífica sem comunicações com o mundo. Basta lembrar que uma ligação telefônica, dali para o Rio de Janeiro, demora seis horas para ser efetuada. Mas as facilidades existentes aqui, estas não foram compreendidas, em todo seu valor, pelo autor do memorando.

Quanto à ajuda que o Estado da Guanabara teve o motivo de esperar da parte do govêrno federal, a mudança da CVRD terá as seguintes conseqüências: o Estado da Guanabara perderá o valor de 80 milhões de cruzeiros mensais ou um bilhão por ano, em faturas pagas; perderá o poder aquisitivo de 4,5 milhões mensais ou 54 milhões anuais, vencimentos dos funcionários ocupados pela CVRD no Rio de Janeiro; perderá os negócios de 800 firmas que, no Rio de Janeiro, estão em relações permanentes com a Companhia.

E' um quadro desolador. Não foi possível impedir isso?

O governador Carlos Lacerda informou o presidente da República, de público, sôbre os efeitos da medida. A resposta foi aquêle memorando que parece, aliás, enquadrar-se numa política consistentemente anticarioca. Veja-se a transferência da Autarquia do Carvão para Florianópolis. Outras mudanças seguirão? Em todo caso, as medidas do govêrno federal têm impacto psicológico terrível porque estimulam, também, a mudança de companhias particulares. Mas é a sede delas no Rio de Janeiro, só isto, que nos garante nossa alta renda "per capita". O movimento anticarioca, iniciado e estimulado pelo govêrno federal, ameaça arruinar-nos. Mas o governador da Guanabara não consegue impedi-lo.

Já é manifesta a discordância, no caso, entre os Srs. Jânio Quadros e Carlos Lacerda. Politicamente, isto não é assunto que nos possa importar. O que nos preocupa, são as conseqüências para o Estado. Só por isso que analisamos as causas da lamentável situação atual.

O governador Carlos Lacerda não pediu cargos, para a Guanabara, ao presidente da República. Realmente, o Estado não foi contemplado com nenhuma pasta, nem sequer com uma Carteira do Banco do Brasil. O representante da Guanabara no govêrno federal — anunciou triunfalmente o Sr. Carlos Lacerda — seria o próprio Sr. Jânio Quadros. Agora, êsse nosso representante no govêrno mandou-nos o memorando lacônico, desviando do nosso Estado uma renda anual de mais de um bilhão de cruzeiros.

Cobramos em nome do Estado o anunciado compromisso escrito, em que o Sr. Jânio Quadros teria garantido ao candidato Carlos Lacerda ampla ajuda federal ao nosso Estado.

Mas quais são os recursos políticos do governador para conseguir aquela ajuda? O Estado da Guanabara não tem bastante pêso político no plano federal? Por que, então, o Sr. Carlos Lacerda deixou de lado a fusão com o Estado do Rio, que teria duplicado essa influência política? Três perguntas às quais o governador da Guanabara só pode, agora, responder com um S.O.S., que não encontra eco em Brasília.

Sr. Presidente, sou daqueles que pedem a Deus para que o Presidente Jânio Quadros faça boa administração e consiga levar o Brasil a dias melhores. Sou, também, dos que estranham essa quase precipitação com que tais assuntos estão sendo resolvidos. Sua Excelência está preparado para o cargo, conhece bem os problemas; talvez esteja até agindo acertadamente.

Concluo, Sr. Presidente, declarando que não então loas ao Presidente Jânio Quadros. Mantenho-me por enquanto dentro de certa reserva, por não ter bem compreendido umas quantas providências que estão sendo tomadas.

Sou dos que protestaram e protestam contra a decisão do novo horário para o funcionário público. So se pode tomar semelhante medida para pequenas cidades, digamos para Terezina, para Aracaju, para João Pessoa; não podemos adotá-las para Recife, para o Rio de Janeiro, para São Paulo, ou para Pôrto Alegre. Morei em Recife muito tempo, como também em São Paulo e conheço a situação.

Como exigir que um funcionário entre na repartição às oito horas e saia às onze para o almôço se não há condução? Onde o dinheiro para pagar essa condução?

E' um grave problema para São Paulo, Recife, Rio de Janeiro, principalmente se as repartições do Govêrno soltarem os funcionários à mesma hora, que saem os empregados no comércio. Como fornecer condução?

Tive oportunidade, no Rio de Janeiro, de ouvir queixas de pessoas que ficaram duas horas na fila da condução para poder almoçar em casa. Na cidade não é possível qualquer refeição pois até o sanduiche americano subiu para Cr$, 80,00! Como o funcionário se alimentará?

Espero porém que o Presidente da República, realmente, muito bem intencionado, estudará o problema e lhe dará, como prometeu, solução.

Não sou daqueles que adotám a teoria do ataque sistemático, da oposição *à outrance*; não.

Como brasileiro que deseja ver seu país bem conduzido, que deseja a felicidade do povo, faço votos para que o Sr. Jânio Quadros acerte. Quando isso acontecer, terei imenso prazer em bater palmas. Também quando me parecer que êle está errado, farei minha crítica.

Entre as ressalvas que faço ao govêrno do Sr. Jânio Quadros está a do reatamento de relações com os países da Cortina de Ferro. Não sei onde isso nos levará; tenho reservas, e muito sérias, contra isto.

Quando rompemos as relações, o Brasil foi muito humilhado; e, até até agora, de lá não nos veio — muito menos da parte da Rússia — qualquer compensação nem um simples arremêdo de satisfação.

De maneira que, Sr. Presidente, sôbre êsse ponto tenho muitas reservas.

Quero terminar, pedindo desculpas por me ter alongado tanto e insistindo nos votos para que o Sr. Jânio Quadros faça um bom govêrno e leve o Brasil a pôrto seguro. (*Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE:

Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão, marcando para a de amanhã a seguinte:

ORDEM DO DIA

Sessão de 2 de março de 1961

(Quinta-Feira)

1 — Votação, em discussão única, da redação final do Projeto de Resolução nº 48 de 1960, que suspende a execução do art. 57, nº III, da Lei nº 64, de 21 de fevereiro de 1948, do Estado do Paraná (redação oferecida pela Comissão de Redação, em seu Parecer nº 60).

2 — Votação, em discussão única, da redação final do Projeto de Resolução nº 58, de 1960, que suspende a execução do nº XIX do art. 34 e do art. 104 da Constituição do Estado do Ceará (redação oferecida pela Comissão de Redação, em seu Parecer número 61, de 1961).

3 — Votação, em discussão única, da redação final do Projeto de Resolução nº 60, de 1960, que suspende a execução da letra *d* do art. 2º do Decreto nº 457, de 22 de janeiro de 1950, do Estado de Pernambuco (redação oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 58, de 1961).

4 — Votação, em discussão única, da Redação final do Projeto de Resolução nº 61, de 1960, que suspende a execução da Lei nº1.027, de 11 de dezembro de 1953, do Estado do Rio Grande do Norte (redação oferecida pela Comissão de Redação, em seu Parecer nº 59, de 1961).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a sessão.

(*Encerra-se a sessão às dezesseis horas e cinqüenta e cinco minutos*).

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SENHOR BENICTO VALLADARES NA SESSÃO DE 9 DE FEVEREIRO DE 1961, QUE SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. BENEDITO VALADARES:

(*Para encaminhar a votação*) Sr. Presidente, não erraríamos se dissessemos que a população de Minas Gerais é constituída em parte do entrelaçamento de grandes famílias de formação cristã. Assim, sentimo-nos sempre presentes nas alegrias e nos pesares do seu povo. Dos três Senadores que tomam assento nesta Casa do Congresso, dois, Milton Campos e eu, estamos ligados a Carlos Luz por laços de parentesco. No momento em que lamentamos o seu desaparecimento, tumultuam na minha memória fatos da nossa vida discutida da mocidade.

Esta lembrança comove, Sr. Presidente, porque, como diz Anatole France, a idéia do passado é por mesma bastante dolorosa.

Estreitei relação de amizade co Carlos Luz quando, ao tempo de e tudante, era êle Oficial de Gabine do meu irmão mais velho, então D retor de Instrução em Minas Gera

Filho de magistrado pobre, estud à custa do próprio esfôrço. Depo o destino marcou a cada um de n e seu rumo. Carlos Luz madrugou politica. Vereador, Presidente da C mara de Leopoldina, deputado e S cretário de Estado no Govêrno do Pr sidente Olegário Maciel.

Encontramos-nos de novo quan fui nomeado Interventor em Min pelo saudoso Presidente Getúlio Va gas.

Na Secretaria de Interior prest bons serviços ao Estado e consolid seu nome de homem público.

Em 1934, devendo o País entrar r regime Constitucional, foi eleito pa a Assembléia Constituinte e teve Parlamento destacada atuação co líder da maioria.

Com o advento do regime de 193 voltou a sua trabalhosa e honrad vida particular.

Saídos de uma guerra em que lu tamos pela democracia, não era ma possível mantermos o regime de ex ceção em que vivíamos.

Cuidou-se, então, da fundação d Partidos Políticos e Carlos Luz colo cou-se na vanguarda daqueles qu fundaram o Partido Social Democrá tico, com cujo programa esteve in teiramente de acôrdo.

Tendo o Marechal Eurico Gaspa Dutra sido eleito à Presidência d República pelo Partido Social Demo crático, em cooperação com o Partid Trabalhista Brasileiro, foi Carlos Lu o primeiro Ministro da Justiça d novo Govêrno.

Deixando o Ministério, voltou à Câ mara dos Deputados cuja presidênci desempenhou com grande autorida de, como consta dos Anais daquel Casa do Congresso.

Na presidência eventual da Repú blica, em hora conturbada do pa procedeu como ditava o seu patriotis mo.

Os grandes acontecimentos políti cos, Sr. Presidente, não podem se julgados ao calor das paixões. O lus co-fusco que então se forma, empa nando a verdade, só se clareia com o tempo, bem a distância.

É nas páginas da história que dev ser encontrada a avaliação seren dos atos dos homens públicos em ocasiões desta natureza.

Com estas palavras, Sr. Presiden te, o Partido Social Democrático jus tifica o requerimento de suspensã dos nossos trabalhos, em homenage a Carlos Luz cujo o passamento o Se nado lamenta em consonância com sentimento do povo brasileiro. (*muit bem!*).

PREÇO DO NÚMERO DE HOJE: CR$ 0,40